#### **EMENDA SUPRESSIVA**

| Ao Projeto de Lei nº 048/2023.                        |
|---|
| CAMARA MUNICIF. DE VEREADORES DE AMARAL FERRADOR - RS |
| APROVADO em 2º e villima                              |
| discussão, em votação por <u>05 votos</u> fovo-       |
| Hoveis a 02 votes contravies                          |
| Em 18 de Netembro de 223                              |

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, DE FORMA EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR TEMPO DETERMINADO.

Presidente Redija-se assim o Artigo 1º:

Art. 1° – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, pelo prazo de 06 (seis) meses, renovável por igual ou menor período, uma vez, em numero de vagas, cargos, carga horária a seguir descriminado:

| Vagas | Cargo                            | Carga<br>Horária |
|-------|----------------------------------|------------------|
| 01    | Professor Anos Finais - Ciências | 20               |

#### **JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a presente Emenda ao Projeto de Lei acima exposto, tendo em vista a redução de despesas frente ao **alerta** previsto nas Metas Fiscais praticado pelo Executivo Municipal no último quadrimestre.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2023.

Vereador Elisandro de Abrea Gama

Vereador Ronivan Fontoura Braga

Vereador Gilnei Ovicki

Vereador João Carlos Coelho Martins

Vereador Reginaldo da Silva Vargas



Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051) 3670-1800 - CEP: 96.635-000

CÂMARA MUNICIF. DE VEREADORES DE PROJETO DE LEI Nº 048/2023.

APROVADO em 2º a rellina discussão, em votação, por Umanimioble

em menda sugressivo

Em 18 de setembros

AUTORIZA  $\boldsymbol{A}$ CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, DE FORMA EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. POR TEMPO DETERMINADO.

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA, Prefeito Municipal de Amaral Ferrador,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere o Artigo 53, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

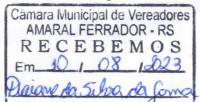
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, pelo prazo de 06 (seis) meses, renovável por igual ou menor período, uma vez, em número de vagas, cargo, carga horária a seguir discriminado:

| Vagas | Cargo                             | Carga<br>Horária |
|-------|-----------------------------------|------------------|
| 01    | Professor Educação Infantil       | 20               |
| 01    | Professor Anos Finais – Ciências  | 20               |
| 01    | Professor Anos Finais – Português | 20               |
| 01    | Servente                          | 40               |

- Art. 2º O contrato será de natureza administrativa, ficando assegurados aos contratados os direitos previstos no Regime Jurídico dos Servidores, para o cargo.
- Art. 3° A rescisão ocorrerá mediante o término do contrato administrativo, ou a qualquer tempo se não estiverem sendo cumpridas as condições contratuais ou, ainda, pela não mais caracterização da necessidade emergencial.

Parágrafo Único – Em qualquer hipótese, exceto pelo não desempenho das atribuições funcionais do cargo, em caso de rescisão, a parte interessada deverá comunicar formalmente a desistência, em um período anterior de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações da Secretaria Municipal de Educação.





Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051) 3670-1800 – CEP: 96.635-000

**Art. 5° -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

AMARAL FERRADOR, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

em

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

JADIR DA SILVA VARGAS,

Secretário Municipal de Administração



Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051) 3670-1800 – CEP: 96.635-000 **JUSTIFICATIVA** 

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminho-lhes o presente projeto de lei, que versa sobre a contratação, de forma emergencial e de excepcional interesse público, de servidores temporários, nos cargos e nas quantidades descritas no art. 1º do referido projeto, para fins de atuação no magistério municipal, em substituição aos professores cujo cargo restou vago, em razão do disposto no art. 35, inciso V da Lei 1071/07 (documentos em anexo), além de atender um dos objetivos precípuos da educação.

As contratações em questão, depois de examinadas e aprovadas por essa Colenda Casa Legislativa, serão realizadas através de processo seletivo simplificado.

Insta dizer, que a contratação postulada encontra guarida no art. 37, IX da Constituição Federal, que aduz:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Em relação ao impacto-financeiro e declaração do ordenador da despesa, tem-se que as contratações em questão dispensam a apresentação das referidas formalidades, nos termos do art. 15 da Lei 1.926/2022.

- Art. 15 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentáriofinanceiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.
- §1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2023, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- §2º No caso de <u>despesas com pessoal</u> e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão





Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051)3670-1800 – CEP: 96.635-000 consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, <u>não exceda a 30 vezes o menor padrão de vencimentos</u>.

Portanto, nobres Edis, a presente lei visa dar continuidade aos serviços essenciais às demandas da comunidade escolar.

Por estas justificadas razões, de relevante interesse público, o Executivo espera que os nobres pares deste Poder Legislativo aprovem o presente Projeto de Lei.

AMARAL FERRADOR, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em

09 de agosto de 2023,

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA

Prefeito Municipal